

Psicologia Escolar e Educacional na crise sanitária e política: qual caminho seguir?

School and Educational Psychology in the health and political crisis: which way to go?

Bárbara Maria Costa Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Bauru – Brasil

Sílvia Maria Cintra da Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Uberlândia - Brasil

Resumo

Este ensaio teórico parte de reflexões acerca da atuação da/o psicóloga/o escolar durante e pós-pandemia Covid-19. Considerando a história da construção desse campo de saberes e práticas, que adaptava as crianças às exigências da escola proposta pela classe dominante e individualizava as dificuldades advindas do processo de escolarização, surge a indagação se em cenário de excessivos ataques à educação, a/o psicóloga/o escolar romperia com sua vertente crítica e compromisso com o direito à educação. Os trabalhos encontrados em base de dados e livros, mostraram que mesmo com os obstáculos, essa/e profissional manteve sua atuação crítica, mas a crise estrutural do sistema capitalista coloca em xeque o futuro da educação brasileira, exigindo que os profissionais da educação, inclusive o psicólogo, mantenham uma práxis coerente para construir uma educação igualitária.

Palavras-chave: Psicologia Escolar e Educacional; COVID-19; Educação Básica.

Abstract

This theoretical essay is based on reflections about the performance of the school psychologist during and after the Covid-19 pandemic. Considering the history of the construction of this field of knowledge and practices, which adapted children to the demands of the school proposed by the ruling class and individualized the difficulties arising from the schooling process, the question arises whether, in a scenario of excessive attacks on education, the psychologist / the school would break with its critical aspect and commitment to the right to education. The works found in databases and books showed that even with the obstacles, this/e professional maintained its critical performance, but the structural crisis of the capitalist system puts the future of Brazilian education in question, demanding that education professionals, including the psychologist, maintain a coherent praxis to build an egalitarian education

Keywords: School and Educational Psychology; COVID-19; Basic education.

Introdução

Este ensaio teórico tem como objetivo refletir sobre as contribuições da Psicologia Escolar e Educacional ao cenário da pandemia e seus desdobramentos no pós-pandemia diante da realidade brasileira. Embasadas nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e fundamentos do método Materialismo Histórico-Dialético, buscamos apreender o movimento dialético da realidade concreta, a partir da compreensão do caráter histórico e das múltiplas determinações das contradições que a compõe (MARTINS, 2019).

Assim, para explorar o tema trazemos um breve resgate da história da consolidação da Psicologia Escolar e Educacional como campo de conhecimento e atuação, o desenvolvimento do papel do psicólogo escolar e a atual crise sanitária, política e econômica em nosso país.

A história da Psicologia com a Educação

A história da Psicologia no Brasil tem sido apresentada e analisada por autores/as como Antunes (2014) e Barbosa (2011), que elaboraram uma periodização acerca da Psicologia no país. Antunes (2014) identifica seis períodos: 1) pré-institucional (período colonial); 2) institucional (século XIX); 3) autonomização (1890-1930); 4) consolidação (1930-1962) e 5) profissionalização (1962), mas já em 2003 apontava um novo período histórico devido às mudanças na Psicologia como profissão e ciência e, ainda, considerando-se o seu compromisso social. Barbosa (2011, p. 341, negritos da autora), apoiada na organização de Antunes, propõe a seguinte organização:

Primeiro período - Colonização, saberes psicológicos e Educação – educando meninos rude (1500-1906); **Segundo período** - A Psicologia em outros campos de conhecimento (1906-1930); **Terceiro período** - Desenvolvimentismo – a Escola Nova e os psicólogos na Educação (1930-1962); **Quarto período** - A Psicologia Educacional e a Psicologia “do” Escolar (1962-1981); **Quinto período** - O período da crítica (1981-1990); **Sexto período** - A Psicologia Educacional e Escolar e a reconstrução (1990-2000); **Sétimo período** - A virada do século: novos rumos? (2000-).

No período colonial, o surgimento da Psicologia esteve atrelado às escolas, sendo o lugar de aplicação e desenvolvimento desse saber. A educação tinha o propósito de adequar as crianças de acordo com os valores morais advindos de Portugal via jesuítas, a partir de um controle do comportamento, considerado inato, por meio de castigos e prêmios (ANTUNES, 2014).

As primeiras faculdades surgiram apenas no início do século XIX e os principais estudos psicológicos deram-se no campo de normativas para controlar as crianças, formar sua personalidade e seu intelecto, contribuindo para a entrada da Psicologia nas Escolas Normais que, ao disseminar o pensamento médico da “higiene escolar”, defendia o papel da escola no saneamento físico e moral da sociedade por meio do controle e prevenção dos comportamentos infantis (BARBOSA, 2011).

Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização começa a crescer com a instauração do Estado Liberal, o que fortalece no Brasil o movimento positivista no campo intelectual, o qual defende como ciência somente o que é passível de observação, mensuração e comprovação (BARBOSA, 2011). Assim a Psicologia se sustenta como ciência na lógica positivista com princípio da neutralidade; na lógica capitalista e da luta de classes, determina quem são os normais e os mais aptos, “legitimada por procedimentos científicos, supostamente objetivos e neutros, ele é de fato instrumento político de reprodução da ordem social em vigor” (PATTO, 2007, p. 4).

A fase de autonomização (ANTUNES, 2014) é marcada pela forte influência da Psicologia Científica dos Estados Unidos e da Europa, a qual avança no projeto das Escolas Normais, seguindo os princípios da Escola Nova, que buscam sofisticar a educação com a presença de professores estrangeiros e um grande investimento em laboratórios de Psicologia, para desenvolver estudos e testar novos métodos de ensino e aprendizagem (BARBOSA, 2011).

Diante da ascensão do capitalismo e acirramento das lutas de classe, instituições foram criadas nos anos 1920 inspiradas pelo movimento higienista para atender e educar crianças ditas como “delinquentes”, “anormais” e “abandonadas”, com contribuições da Psicologia, ligada à Medicina e à Educação, para manter essa ideologia nas classes desprivilegiadas seguindo a ordem econômica e política. Foi nesse cenário e nessa lógica que começam a surgir as explicações individualizantes e culpabilizadoras sobre os alunos e suas famílias diante das dificuldades nas relações dos processos de escolarização (ANTUNES, 2014).

De acordo com Antunes (2014), no período de Consolidação, a Psicologia se estabelece como ciência, apoiada na educação para a produção de pesquisas, atividades de ensino e publicações e com o aumento de cursos de especialização na área e campo de atuação no Brasil; profissionais se organizam em associações em busca da regulamentação e direitos, o

Psicologia Escolar e Educacional na crise sanitária e política: qual caminho seguir? que amplia as possibilidades de atuação para além das Escolas Normais, como serviços de orientação e recrutamento no trabalho.

Os primeiros serviços da Psicologia Clínica eram de natureza educacional, como orientação infantil destinada a alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem, com foco no aluno-problema; já a Psicologia do Trabalho teve solo fértil em teorias e práticas de Orientação Educacional, principalmente de técnicas psicométricas, para desenvolver a Orientação Profissional (ANTUNES, 2014).

Após a regulamentação da profissão, com a lei nº 4119, de 27 de agosto de 1962 (Brasil, 1962), que fixa um currículo mínimo para a formação desse profissional no Ensino Superior, o interesse pela educação passa a ser secundário, com o aumento das áreas clínicas e organizacional que influenciaram diretamente práticas voltadas para a educação seguindo os moldes do atendimento clínico-terapêutico, com base no modelo médico (CRUCES, 2010).

Seguindo os pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético para a compreensão da realidade, o tempo histórico e seus acontecimentos políticos, econômicos e sociais são essenciais para esta análise das dimensões relacionadas à história da Psicologia. Assim, logo após a regulamentação da profissão do psicólogo, em exatamente 1º de abril de 1964, é instaurada a ditadura militar e posteriormente a Reforma Universitária, que expande o ensino superior por meio de privatizações; ocorre também uma desvalorização das Ciências Sociais e Humanas com a retirada da Educação Básica do ensino de disciplinas como Psicologia, Sociologia e Filosofia, impondo uma educação tecnicista (ANTUNES, 2014), história que se repete hoje com a Reforma do Ensino Médio (LEI Nº 13.415). Tais acontecimentos afetaram os currículos dos cursos de graduação em Psicologia oferecendo uma formação precária e seguindo os modelos médicos de formação.

Segundo Cruces (2010), os psicodiagnósticos e as avaliações psicológicas passaram a ser interesse principal dos psicólogos após a regulamentação, por serem de uso exclusivo da profissão. Nos cursos de graduação eram ofertadas disciplinas denominadas de “Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem”, a antiga PEPA, presente em muitos currículos, que colocava o problema no indivíduo, na criança que não aprende e ensinava a utilização de técnicas para resolver o “problema”, adaptando e ajustando a criança aos métodos de ensino estabelecidos e aos comportamentos definidos como normais (BARBOSA, 2011).

Essa atuação profissional pautada em modelos médicos, com aplicação de testes e atendimento individualizantes, proporcionava uma análise superficial da realidade dos

processos educativos, o que colaborava para a manutenção de um ensino desigual e excludente, que culpabilizava a criança e a família ao invés de inseri-las nas discussões e na compreensão acerca do contexto escolar (FACCI; SILVA, 2014).

Com o movimento de redemocratização do país após o fim da ditadura, crescem os movimentos sociais que influenciam no movimento de crítica à Psicologia como ciência e profissão em busca de referenciais teóricos e práticos sobre a complexidade do psiquismo que considerasse a realidade social, econômica e política do país em suas múltiplas determinações, em prol de uma atuação coerente com as demandas sociais e em luta por uma sociedade igualitária. Na Psicologia Escolar e Educacional não foi diferente; as críticas ao modelo hegemônico adaptacionista, biologicista e individualizante no contexto escolar, atendendo às exigências da classe dominante, levaram os profissionais a repensarem suas práticas e afirmar um compromisso político e social com a educação (FACCI; SILVA, 2014). Nesse cenário de reestruturação das práticas do psicólogo frente à educação é criada a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).

A reestruturação fortaleceu novas teorias baseadas em concepções críticas de ser humano, sociedade e ciência, o que possibilitou novas práticas dos psicólogos em diversos setores, comprometidos com as transformações sociais condizentes com a realidade, inclusive nos espaços educativos com atuações mais amplas e abrangentes de potencial transformador do contexto escolar. As novas teorias exigiam (e exigem) que os psicólogos que atuassem com a educação analisassem aspectos inter-relacionados como a subjetividade e as relações sociais, juntamente com os processos de escolarização, a partir de uma lógica dialética da realidade e compreendessem que problemas estruturais refletiam diretamente nas relações escolares e produziam o dito “aluno problema” (SOUZA, 2014).

A história da construção da Psicologia como ciência e profissão no Brasil teve seu berço na educação e sofreu fortes influências das demandas das classes dominantes do sistema capitalista em diversos momentos; porém, mesmo com práticas preconceituosas, conservadoras e excludentes, foram as primeiras atuações de psicólogos voltadas à população, o que possibilitou o movimento de crítica e reestruturação para condutas mais coerentes com os compromissos sociais da profissão (ANTUNES, 2014; BARBOSA, 2011; PATTO, 2007).

Papel e compromisso do psicólogo escolar

Com o movimento da crítica no final do século XX, juntamente com a redemocratização do país, a presença do profissional da Psicologia passa a ser solicitada em vários serviços públicos, principalmente na saúde, com a criação do SUS. Em 1992, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2008) entregou ao Ministério do Trabalho as atribuições do psicólogo nas diversas áreas e serviços. No que concerne à atuação do psicólogo escolar, o documento define que este atuaria frente aos processos de ensino e aprendizagem a partir da análise das relações que perpassam o contexto escolar, mantendo algumas práticas tradicionais, como diagnóstico e intervenção psicológica, mas também atuando em práticas emergentes, como elaboração do projeto político pedagógico e políticas públicas educacionais, para contribuir com a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem e defender a garantia de direitos à população.

Porém, mesmo com todas essas discussões, podemos perceber que a formação ainda não abarca de forma obrigatória o campo da educação. As diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia (DCN), reformuladas em 2004 e 2011, propõem a organização dos cursos em ênfases, estipulando que devem ser oferecidas no mínimo duas, com o objetivo de definir habilidades e competências do psicólogo para atuar naquela área, como psicologia organizacional, psicologia clínica e psicologia escolar. Destarte, a participação dos alunos na ênfase em psicologia escolar não é obrigatória e pode nem existir em sua formação inicial (PERETTA et al., 2015).

Pesquisa realizada por Cruces (2009) mostrou que muitos cursos de graduação optam por não oferecer a ênfase em educação e aquelas que oferecem ainda mantêm um modelo clínico e psicométrico, com as práticas tradicionais, sem proporcionar uma visão crítica das dimensões da realidade que produzem o fracasso escolar. A opção por muitas faculdades de não oferecer a ênfase em Processos Educativos pode ser compreendida pela escassa oportunidade de inserção no mercado de trabalho, porém, incoerentemente pesquisas mostram que a maior demanda do serviço de saúde pública advém de encaminhamentos de queixas escolares (FACCI; SILVA, 2014; PERETTA et al., 2015). Diante dessa realidade ainda presente, mas com caminhos para mudança devido à aprovação da Lei nº 13.935/2019, a pesquisa de Guzzo, Mezarilla e Moreira (2012) mostrou que os psicólogos da rede pública se sentem despreparados para atuar frente às queixas escolares; muitos são remanejados dos

serviços de saúde para as secretarias de educação e mantêm a postura clínica com atendimento individualizante das queixas.

Uma outra pesquisa realizada por Santos et al. (2020) mostrou que estudantes que haviam cursado as disciplinas de Psicologia Escolar e Educacional obtiveram uma percepção mais crítica de teoria e prática desse profissional nesse contexto, diferentemente dos alunos que não cursaram. Pesquisa realizada por Cavalcante e Aquino (2019) com psicólogos escolares constatou que a maioria havia terminado a graduação há mais de 20 anos, não tinham formação em Psicologia Escolar e Educacional e tampouco realizado estágios e/ou pós-graduação na área; as práticas muitas vezes ocorriam de forma individualizada, com destaque para intervenções com alunos.

Embora o avanço de pesquisas e de ações na interface entre Psicologia e Educação consolide cada vez mais a vertente crítica em contraposição ao modelo excludente e desigual da sociedade capitalista, constata-se que a tendência pós-moderna cria divergências quanto ao papel do psicólogo escolar e também da própria escola (MOREIRA; GUZZO, 2017). Partindo da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, a escola tem o papel de socializar a cultura humana produzida ao longo da história com o intuito de buscar uma transformação social, ou seja, uma sociedade sem classes (SAVIANI, 2007).

Nesse sentido, é importante defender uma Psicologia na escola que atue para superar as formas cristalizadas de suas práticas, que vislumbre ir além dos processos de ensino e aprendizagem ou queixas escolares e rompa com práticas tradicionais de patologização, que fazem da escola um imenso laboratório de diagnósticos que oculta a realidade concreta dos processos de escolarização. Mas é preciso ir em busca de um desafio atual que explore as dinâmicas da comunidade escolar na realidade concreta desta e que produza o fracasso escolar, de forma que se criem as transformações sociais a partir da e na escola (MOREIRA; GUZZO, 2017; SANTOS et al., 2018).

Um avanço e conquista muito significantes na luta da Psicologia Escolar e Educacional foi a aprovação da Lei Nº 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

É importante considerar que a obrigatoriedade do psicólogo nas redes públicas de educação não garante uma práxis; para que isso ocorra, o compromisso por uma educação emancipatória precisa estar presente em todo o processo de formação desse profissional,

Psicologia Escolar e Educacional na crise sanitária e política: qual caminho seguir? desde a graduação até a formação continuada. O que caracteriza o psicólogo escolar não é o estar dentro da escola, mas sim seu compromisso ético, teórico, prático e político com a educação de modo mais amplo. Por isso, é necessário apropriar-se de referenciais teóricos que dão base e sustentem sua atuação a partir de uma análise minuciosa e crítica da realidade concreta por trás dos processos educativos, entendendo que eles são multifatoriais, como infraestrutura escolar, formação docente, material didático, projeto político pedagógico e Políticas Públicas Educacionais (MEIRA, 2003; SOUZA, 2010; PATTO, 1990).

Contribuições da Psicologia na pandemia para a escola possível

Em 2020 o mundo começou a viver uma crise sanitária com o surgimento do novo coronavírus (Sars-Cov-2), que está marcando a história da humanidade com a morte de milhares de pessoas e um profundo agravamento das desigualdades em relação às condições concretas de vida quando se junta à crise estrutural do capitalismo, expressa no desemprego e na fome. (SILVA, 2020; DUARTE; CÉSAR, 2020; COSTA et al., 2021).

A postura negacionista do governo brasileiro agravou as crises – sanitária, política e econômica – através de uma gestão perversa e ineficiente, gerindo a pandemia e os desdobramentos da crise econômica e política com atitudes de minimização da gravidade da situação, omitindo dados da realidade nacional e se eximindo da responsabilidade conforme a prerrogativa neoliberal, que reduz a intervenção do Estado diante a problemática social, com uma permanente e ampliada inversão da realidade. (SILVA, 2020; DUARTE; CÉSAR, 2020; COSTA et al., 2021).

A crise econômica, política e agora também sanitária aumentou a desigualdade social, com milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza em todo o mundo. A face perversa do capitalismo se expressa com mais nitidez durante a pandemia, que intensifica a exploração da classe trabalhadora com uma sistemática retirada de direitos, com uma gestão política e econômica que fortalece o mercado para a valorização do mais valor e com ausência do Estado diante do cenário de aumento das desigualdades sociais. Isso mostra que a tragédia humana tem um caráter de classe, gênero e raça, em que a população mais vulnerabilizada (como, negros, mulheres, idosos e imigrantes) está mais exposta às consequências desse cenário (SILVA, 2020; DUARTE; CÉSAR, 2020; COSTA et al., 2021).

Se a educação já estava sofrendo desmontes com o projeto neoliberal brasileiro, a pandemia só fez agravar e acelerar algumas políticas. A educação na política brasileira sempre foi vista como um gasto e não como um investimento, muito menos como um direito do povo,

os cortes na educação sempre foram os primeiros a serem feitos nos cenários de crise econômica. A educação atual é o resultado de um sucateamento geral que atinge a infraestrutura das unidades de ensino e também a precarização do trabalho dos agentes escolares, com salários baixos, sobrecarga de trabalho, déficit de profissionais etc.; retrato da ausência do Estado que, em cenário de pandemia, só evidenciou problemas antigos da educação brasileira e denuncia o projeto intencional de omissão do governo para defender a privatização da educação como única forma de salvá-la (COSTA et al., 2021).

Inspirado e utilizando técnicas da educação à distância (EaD), o ensino remoto deu mais forças às Organizações Não Governamentais (ONGs) compostas por membros da educação privada e de empresas educacionais que defendem o ensino à distância nas universidades e na educação básica, reduzindo a discussão somente ao ensino (entendido como mera transmissão de conhecimento), sem considerar a complexidade que envolve o espaço pedagógico e a produção do saber (PATTO, 2013; SAVIANI, 2020). É uma ingenuidade acreditar que a inserção de tecnologias na educação tem somente o interesse de melhorar a sua qualidade, sem considerar as múltiplas determinações do ensino remoto e do EaD, como a transformação da educação em mercadoria, visando o lucro pelas empresas privadas; precarização e intensificação do trabalho docente e de servidores; além da sobrecarga e responsabilização das famílias, principalmente das mulheres, no fracasso da educação escolar dos filhos. Isso tudo à custa do prejuízo da saúde mental dos professores, alunos e pais (SANTOS NETO; ARAÚJO, 2021; SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Considerando que vivemos em uma sociedade de classes, essa modalidade de ensino só intensifica as desigualdades, tirando o direito da classe mais pobre à educação gratuita e de qualidade, principalmente quando esse modelo chega as redes públicas de ensino básico e superior (SAVIANI, 2020). Questões que são de extrema importância para se pensar no futuro da educação com a implementação da tecnologia, considerando a realidade brasileira com falta de acesso à internet e a instrumentos tecnológicos (SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Apresentado o cenário atual da educação brasileira, este ensaio teórico se propõe a pensar sobre como foi e como será a atuação do psicólogo escolar e educacional. Levando em consideração toda a história de construção dessa área e a luta por uma práxis coerente com o seu compromisso ético e político, fica a pergunta: no pós-pandemia, considerando a realidade concreta da educação brasileira, a quem a Psicologia Escolar e Educacional vai

Psicologia Escolar e Educacional na crise sanitária e política: qual caminho seguir? servir? Vamos voltar às antigas práticas que deram início à história da profissão no país ou continuaremos lutando e defendendo uma educação de qualidade para todos e que forme sujeitos emancipados?

Em uma cartilha de orientação para a atuação do psicólogo escolar na pandemia, o Conselho Regional de Alagoas (2020) ressalta que nesse cenário a presença do psicólogo nos espaços de discussão para a construção da escola em busca de garantir os direitos à educação da população se torna mais uma vez essencial, visto que a Psicologia Escolar e Educacional não tem um modelo genérico de atuação e nem deve ter, por isso é necessário estar atento aos contextos e condições concretas para a garantia de uma atuação comprometida com seus valores éticos e políticos. Essa diretriz é o que fundamenta a atuação do psicólogo escolar advinda do movimento da crítica de sua teoria e prática e se mantém no cenário da pandemia e do pós-pandemia.

A cartilha ainda orienta preposições de atuação na pandemia com gestores, docentes, famílias e estudantes. Com a gestão, o psicólogo deve ser inserido nas decisões sobre as diretrizes e normativas que orientam a organização da escola; com docentes, contribuir nas discussões sobre ensino-aprendizagem para fortalecer a prática docente; com famílias, ser mediador e articulador destas com a escola e também nas repercussões do processo de aprendizagem dos alunos (CRP-AL, 2020).

Outra importante obra produzida nesse cenário foi o livro “Onde está a Psicologia Escolar no meio da Pandemia?”, organizado por Negreiros e Ferreira (2021). Ao compilar relatos de experiência, pesquisas e debates sobre as possibilidades de atuação do psicólogo escolar, os autores defendem o compromisso com uma educação democrática, laica, socialmente referenciada e assumindo a defesa da educação como direito humano e que:

a atuação em psicologia escolar e educacional seja abrangente quanto às múltiplas dimensões envolvidas nos fenômenos escolares, e atue de forma contrária à individualização do processo de escolarização ao questionar a escola e seus múltiplos aspectos, – sobretudo no presente contexto de pandemia de Covid-19! – para o estabelecimento de uma práxis crítica nas instituições educacionais. Assim, é primordial pensar tais instituições e as suas produções sem descontextualizá-las, a fim de que possam atuar enquanto instituições-referência, funcionando como apoio, articulando-se a redes de assistência à população, buscando formas de acompanhamento das/os estudantes e suas famílias, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade. (p. 21)

Partindo dos pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural e do Materialismo Histórico-Dialético, o desenvolvimento humano ocorre pela apropriação dos conhecimentos

produzidos pelo gênero humano ao longo da história (e isso inclui a tecnologia) e a escola tem como função socializar de forma intencional e sistemática todo esse conhecimento, promovendo o desenvolvimento dos alunos. O professor deve atuar no intuito de proporcionar o desenvolvimento destes e, para isto, são necessárias condições concretas para o ensino, que possibilitem a internalização da cultura humana por meio da relação interpessoal entre aluno-professor (VIGOTSKI; LURIA; LEONTIEV, 2010).

A tecnologia é produção humana, pertence ao gênero humano e faz parte da cultura social, então, conforme Saviani (2020), não deve ser inserida nos ambientes educativos somente como instrumento, mas os alunos precisam aprender o que são, como funcionam, suas bases teóricas e científicas e sua produção, a partir de uma leitura crítica do mundo e das relações sociais, entendendo os impactos da inserção em massa das tecnologias nos ambientes de educação, trabalho e vida cotidiana. Destarte, os alunos conseguirão se relacionar com esses mecanismos de forma crítica para aprimorar o processo de apropriação do conhecimento e futuramente, quando inseridos no processo de produção, não se alienarem neles.

A inserção das tecnologias no ambiente educativo não deve ser sinônimo do fim da escola e/ou substituição do ensino presencial. Elas têm suas contribuições na educação, porém a dialética entre ensino e aprendizagem, relação professor e aluno são primordiais no desenvolvimento humano, não podendo ser substituídos por uma relação digitalizada que intensifica a individualização e a concorrência, valorizando o mundo virtual em detrimento do real.

Outro ponto importante a ser destacado e presente em documento elaborado pela ABRAPEE sobre o retorno presencialⁱ, o risco da patologização e medicalização de crianças e adolescentes que ficaram ausentes da escola e/ou sem acesso a ela de modo remoto ou, ainda, tiveram aulas de forma precária. Os psicólogos precisarão estar atentos aos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento desses estudantes que voltam a ocupar as carteiras de uma sala de aula e a frequentar a escola que, se já tinha problemas antes da pandemia, certamente deparar-se-á com outros postos pela nova realidade. Professores, gestores, funcionários e famílias também necessitam ser incluídos nessa compreensão sobre os novos rumos que a Psicologia Escolar em cenário pandêmico precisará elaborar para os enfrentamentos e superações necessárias.

Conclusão

Com a ascensão do capitalismo a tecnologia cada vez mais foi inserida nas relações sociais. O que poderia ser um meio de produção funcionando como a extensão do ser humano para aliviar o trabalho, reduzir a jornada e promover qualidade no processo tem sido usado para intensificar a exploração do trabalho mediante a economia de tempo do processo de produção. Tal transformação social causou mudanças nas formas de organização da educação, que passou a atender às exigências das classes dominantes, sendo fonte de produção de mão de obra técnica - a qual não faz parte do planejamento da produção e somente da execução, separando de sua ação a teoria da prática - e se tornou uma mercadoria, com baixo custo de produção e alta lucratividade para a burguesia (PATTO, 2013; SAVIANI, 2020).

Diante da história da Psicologia no Brasil como campo de saber e de atuação, que por muitos anos contribuiu para a construção de teorias e práticas que individualizavam questões sociais, econômicas e políticas, e com a atual conjuntura brasileira, principalmente frente a temas como educação, saúde e direitos humanos, tornam-se legítimas as indagações e preocupações levantadas por este ensaio teórico: a quem a Psicologia está servindo? “É preciso estar atento e forte”ⁱⁱ para que esta área da ciência não volte a atender aos interesses das classes dominantes, reproduzindo velhas práticas patologizantes, excludentes e segregadoras, contribuindo para o retrocesso histórico que estamos vivendo nos dias atuais.

É inegável que a Pandemia do Covid-19, que tem exigido da população um isolamento social e a utilização de meios eletrônicos para suas atividades, gerou e ainda vai gerar inúmeros impactos na educação e na organização escolar; então cabe aos profissionais envolvidos na sua construção e em função da Lei 13.935, aos psicólogos escolares, avaliarem quais medidas serão adotadas no novo que já está batendo nos portões das escolas.

Neste sentido, propomos que o sétimo período da história da Psicologia Educacional e Escolar apresentado por Barbosa (2011), “A virada do século: novos rumos? (2000-) seja revisto, pois toda essa conjuntura supracitada trouxe uma situação inimaginada e inimaginável para a Educação brasileira, que já está exigindo de psicólogas e psicólogos escolares outros olhares para o intrincado campo educacional e seus diversos atores.

A Psicologia Escolar e Educacional continuou atuando, em sua vertente crítica, dentro das possibilidades para defender seu compromisso ético e político com uma educação que

promova o pleno desenvolvimento do ser humano, através de uma educação emancipatória do sujeito. Luta difícil e cheia de obstáculos, mas que enfrentaremos com mais força nos anos presentes e nos seguintes ao fim da pandemia – cada vez mais incerto.

Cabe aos psicólogos não ceder aos ataques e se encantar com as falsas promessas de perspectivas melhores para a educação, que só aprofundarão cada vez mais as desigualdades sociais, levando a população a situações desumanas. A defesa de uma práxis política sempre tem que acompanhar o psicólogo escolar onde quer que ele esteja, pois como diz Paulo Freire (2000, p. 67), “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Referências

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5ª ed. São Paulo: EDUC. 2014.

BARBOSA, Déborah Rosária. **Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. 2011.

BRASIL. Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Ministério da Educação. Brasília – DF. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Presidência da República. Lei, nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 17 de fev. de 2022.

BRASIL. Presidência da república. Lei, nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. acesso em: 17 de fev. de 2022

CAVALCANTE, Lorena de Almeida; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Práticas Favorecedoras ao Contexto Escolar: Discutindo Formação e Atuação de Psicólogos Escolares. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 24, n. 1, p. 119-130. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. 2018. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf. Acesso em: 17 de fev. de 2022

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE ALAGOAS. **Psicologia Escolar Em Tempos De Crise Sanitária Pandemia Da Covid-19**. Maceió, Alagoas: CRP-15. 2020.

COSTA, Renata Maria Paiva da.; SILVA, Antônio Valricelio Linhares; NETO, Enéas Araújo Arrais. Aspectos nefastos da pandemia da Covid-19 sobre a política de educação no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, e29310313313. 2021.

CRUCES, Alacir Villa Valle. Desafios e Perspectivas para a Psicologia Escolar com a implantação das Diretrizes Curriculares. In: MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria (Org.). **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática**. Campinas, SP: Alínea. pp. 15-34. 2009

CRUCES, Alacir Villa Valle. Psicologia e educação: nossa história e nossa realidade. In: ALMEIDA, Sandra Francesca Conte (Org.). **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional**. 3 ed. Campinas: Alínea. pp. 17-36. 2010.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146. 2020.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SILVA, Sílvia Maria Cintra da. Por uma formação para uma atuação crítica em Psicologia Escolar e Educacional. In: SOUZA, Marilene Proença Rebelo; SILVA, Sílvia Maria Cintra; YAMAMOTO, Kátia (Orgs.). **Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios**. Uberlândia: EDUFU. pp. 275-282. 2014

GUZZO, Raquel Sousa Lobo; MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; MOREIRA, Ana Paula Gomes. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n.2, Julho/Dezembro, pp. 329-338, 2012.

MARTINS, Lígia Márcia. As Aparências Enganam: Divergências Entre O Materialismo Histórico dialético E As Abordagens Qualitativas De Pesquisa. In: TULESKI, Silvana Calvo; CHAVES, Marta; LEITE, Hilusca Alves. (Orgs.). **Materialismo Histórico-Dialético Como Fundamento Da Psicologia Histórico-Cultural: Método E Metodologia De Pesquisa**. 2ª Ed. Maringá: Eduem, 2019.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Construindo uma concepção críticas de Psicologia Escolar: Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio-Histórica. In: MEIRA, Marisa Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. (orgs.). **Psicologia Escolar: Teorias Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Sousa Lobo. Psicologia Escolar e a Escolar: entre contexto e a cena. In: FILHO, Antônio Euzébios. **Psicologia(s) para além do consultório**. Curitiba: Juruá, 2017.

NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno de Oliveira (Orgs.). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar – histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PATTO, Maria Helena de Souza. A Psicologia em questão. In: PATTO, Maria Helena de Souza; FRAYZE-PEREIRA, João Aug (Orgs.). **Pensamento cruel – humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia?** pp. 3-15. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007

PATTO, Maria Helena de Souza. O ensino a distância e a falência da educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 303-318, abr./jun, 2013

PERETTA, Anabela Almeida Costa e Santos; SILVA, Sílvia Maria Cintra da; NAVES, Flaviana Franco; NASCIUTTI, Fabiana Marques Barbosa; SILVA, Larice Silva. Novas diretrizes em tempos desafiadores: formação em Psicologia para atuar na Educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n.3, p. 547-556, 2015.

SANTOS, Graciele Malheiro; SILVA, Leonídia Aparecida Pereira; PEREIRA, Josenith Lima; LIMA, Ângelo Guiseppe Xavier; NETO, Francisco Leandro de Assis. Atuação e práticas na Psicologia Escolar no Brasil: revisão sistemática em periódicos. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 3, Setembro/Dezembro, pp. 583-591, 2018.

SANTOS, Elisa Alves; SILVA, Nialda Sabrina; GOMES, Aline Rodrigues; AQUINO, Fabíola Sousa Braz. Percepções de Graduandos de Psicologia Acerca do Trabalho do Psicólogo Escolar e Educacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e189579, pp. 1-16, 2020.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos; ARAÚJO, Lorraine Marie Farias. Ensino a Distância (EaD) e destruição da Universidade Pública. **Universidade e Sociedade**, ano XXXI, n. 67, janeiro, pp. 22-35, 2021.

SILVA, Ivandilson Miranda. O Governo Bolsonaro, A Crise Política E As Narrativas Sobre A Pandemia. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 16, pp. 1478-1488, 2020.

SOUZA, Marilene Proença Rebello. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, março, pp. 129-149, 2010.

SOUZA, Marilene Proença Rebello. O movimento da crítica em Psicologia Escolar: Elementos para a compreensão da trajetória de uma área de atuação profissional. In: SOUZA, Marilene Proença Rebello.; SILVA, Sílvia Maria Cintra da; YAMAMOTO, Katia (Orgs.). **Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, Jan/fev, 2007.

Psicologia Escolar e Educacional na crise sanitária e política: qual caminho seguir?
SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 10, e020063, pp. 01-25, 2020.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, ano XXXI, n. 67, janeiro, 2021.

VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11 ed. São Paulo: Ícone, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Notas

ⁱ "Cuidados necessários para viabilizar as aulas presenciais durante a pandemia de covid-19"

https://abrapee.files.wordpress.com/2021/10/retomadadasaulaspresenciais_abrapee.pdf

ⁱⁱ Parafrazeando a música Divino Maravilhoso, composta em 1968 por Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Sobre as autoras

Bárbara Maria Costa Silva

Psicóloga e Mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutorando em psicologia do desenvolvimento e da Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista - “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Bauru).

E-mail: barbaramaria.cs5@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6406-6856>

Silvia Maria Cintra da Silva

Psicóloga pela PUC Campinas, mestre e doutora em Educação pela Unicamp. Realizou pós-doutorado na USP, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano e na PUC – SP, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Editora da Revista Psicologia Escolar e Educacional. Primeira Secretária da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) – gestão 2020-2022.

E-mail: silviamariacintra@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0834-5671>

Recebido em: 20/04/2022

Aceito para publicação em: 30/04/2022